

Nós, os resistentes

Celso Alvarez Cáccamo

É 1962. Xosé María Álvarez Blázquez, de 47 anos, poeta, narrador, mestre de titulação e de antigo exercício, estudioso da cultura, editor, arqueólogo e trabalhador administrativo, mora num andar do bairro das Travessas de Vigo com a sua mulher María Luisa Cáccamo Frieben e os filhos María Luisa, de 14 anos, Xosé María (quase 12), Alfonso (9 e uns meses), María Elena (quase 8) e eu próprio, de três anos e cinco meses; a sua última filha, Berta, nasceria um ano depois. Em 29 de maio, terça-feira, provavelmente à noitinha, depois da ceia, Álvarez Blázquez está a escrever. Eu não o poderia lembrar esse dia, mas sim muitas outras vezes anos mais tarde, no que imagino como a mesma cerimónia intelectual e criativa, sentado na cadeira de três grossas patas instáveis num gabinete de madeiras escuras, cheiro a papel e fumo azul dum Ducados constante. Xosé María está a escrever lentamente à mão em fólios pregados a primeira parte duma íntima confissão política, religiosa e humana, *Nosotros, los vencidos*, que interromperá polo pranto. Meses depois, em setembro, haverá de continuá-la com um fragmento mais, para nunca terminá-la.

O pai de Xosé María, o doutor Darío Álvarez Limeses, membro do partido *Izquierda Republicana*, fora fuzilado na Alameda de Tui onze dias antes do seu 60 aniversário no alvor do 30 de outubro de 1936, quando Xosé María tinha 21 anos, por sentença assinada pola mão de Francisco Franco após um juízo-farsa militar em Vigo. Contava meu pai que nunca esqueceria o estouro das balas que chegou até à casa familiar em Tui.

Ele próprio, mestre titulado, foi sancionado depois dum “*expediente de depuración*” aberto polos golpistas, como aconteceu a aproximadamente um 25% do professorado da Galiza (Porto Ucha 2008: 58-59; citado em de Gabriel, por publicar, p. 2). Após dous anos como “aluno-mestre” e “mestre nacional” em Tui entre 1934 e 1936, Álvarez Blázquez fora destinado à escola de Coia em Vigo, mas recebeu sanção de seis meses de emprego e soldo, inabilitação para “cargos directivos e de confianza en institucións culturais e de ensino” (de Gabriel 2008: 56), e desterro de três anos na escola da vila de Coreses, em Samora, que iria cumprir depois de servir no mesmo exército que executara o seu pai.

Em novembro de 1936 foi chamado por Franco a matar, mas, felizmente, destinaram-no a *Intendencia* no Hospital de São Caetano de Compostela porque sabia números, letras e máquinas de escrever; às vezes era requerido no próprio hospital para dar uma mão, pola sua certa habilidade com as curas médicas aprendida de seu pai, como me lembra o meu irmão Alfonso Álvarez Cáccamo. Por um acaso afortunado que sempre nos narrava (v. X. M^a Álvarez Cáccamo 2008, p. 34), Xosé María salvou-se de ir levado à frente de Astúrias para matar companheiros (“hermanos contra hermanos”, lamenta-se em *Nosotros, los vencidos*) que talvez pensassem como ele, ou para morrer das suas balas. Sempre nas guerras, lembra-nos no texto, os vencidos são todos os soldados conscritos.

Ao regresso do exército em julho de 1939, Álvarez Blázquez cumpriria o seu desterro profissional. As sanções ao professorado contemplavam expulsão “*fuerá de la provincia*” ou “*fuerá de la región*”, esta última comumente destinada a “comunistas” e quase sistematicamente aplicada a “separatistas”. Ele, por galeguista,¹ recebeu a pena mais severa, e em 5 de agosto de 1939 tomou posse da escola unitária de Coreses. Não é fácil compreender por que o espanholismo jacobinista consideraria um castigo mais duro desterrar alguém (ou encarcerar, hoje em dia) fora da sua “*región*” (“*comunidad autónoma*”, em linguagem atual do Reino) se esta só tem o sentido de simples entidade administrativa; será que o disciplinamento não era nem é uma questão de distância física, e essa “região” existia e existe como algo mais, como uma potencial vontade coletiva, para que o espanholismo a negue tanto.

Entre o fim do Minho e Samora mediavam, para Xosé María, mais do que 300 quilómetros: mediavam mundos. Em 1941 solicita a revisão do seu expediente de depuração para ser restituído no seu posto em Vigo ou Tui (de Gabriel, por publicar), e regressa a Tui. Esse mesmo ano a família (a mãe e os cinco filhos Darío, Xosé María, Alfonso, Emilio e Álvaro) vende os bens de Álvarez Limeses, previamente embargados

¹ Era membro das Mocidades Galeguistas. Embora na sua defesa no processo sancionador Álvarez Blázquez reitere que a sua ação galeguista era puramente cultural, como a sua colaboração no grupo Ultreya em prospeções arqueológicas ou os seus escritos literários — omitindo obviamente o seu *Berro en lembranza dos herois de Carral* de 1934, reproduzido em *Murguía, Revista Galega de Historia* 13 (maio-agosto 2007), pp. 113-116 —, na sua biografia sobre Bóveda (*Alexandre Bóveda*, Ir Indo, 1992) Álvarez Blázquez afirma ter feito propaganda em favor do Estatuto de Autonomia em Tui com “un fato de rapaces da Mocidade Galeguista” em junho de 1936, última ocasião em que veria o seu primo político Alexandre (de Gabriel, por publicar, p. 10).

e recentemente restituídos polo *Tribunal de Responsabilidades Políticas*, e traslada-se para Vigo. Simultaneamente à resolução da sua solicitude de revisão da sanção, que seria ditada em sentido favorável em janeiro de 1942, Álvarez Blázquez, alegando problemas de saúde, solicita uma licença temporária da docência, ocupação à que só voltaria em 1968. Quando escreve *Nosotros, los vencidos*, em 1962, ganha a vida como administrativo e com colaborações e prémios literários e jornalísticos.

Desde 1945 Álvarez Blázquez trabalha contratado como secretário da *Cofradía de Pescadores “San Francisco”* de Vigo, dedicado às contas e à burocracia, com um salário insuficiente, e cercado diariamente de elementos do regime. Há apenas 4 semanas, no 1º de maio de 1962, fora obrigado a viajar com o seu grupo de gabinete a uma reunião do grémio em El Escorial e a visitar o blasfemo *Valle de los Caídos*. Negar-se a assistir a estas reuniões teria sido laboralmente suicida. O meu irmão Xosé María Álvarez Cáccamo lembra no seu intenso retrato *Tempo do pai* como Álvarez Blázquez “regresou horrorizado” (p. 164) dum visita ao monumento (que poderia ser esta) na que se dizia que faria presença o próprio Franco, a quem temia ter que encontrar face a face. Dessa viagem conservamos duas fotografias infames que nunca verão a luz, com o nosso pai entre um feixe de membros do sindicato; no centro, um camisa-azul.

Nessa manhã de 1962, na confraria, Xosé María provavelmente teria lido a imprensa do dia. Singularmente, teria visto a enorme fotografia da capa do jornal *ABC* e o destaque de nove páginas sobre o discurso de Francisco Franco no passado domingo 27, no Cerro Garabitas, com motivo do vinte e cinco aniversário das primeiras promoções de *Alféreces Provisionales* e o 4º da constituição da sua *Hermandad*. Teria escutado falar do evento aos companheiros, ou talvez tivesse escutado o próprio Franco na *Radio Nacional de España*, a mesma que se escuta hoje.² No discurso, o ditador lembra que a guerra nunca terminou porque continua contra os inimigos que espreitam dentro e fora da “Patria”, os comunistas que, aproveitando as “diferencias laborales” “en el Norte” (as greves das minas de Asturias), sementam “impaciencias” e “ambiciones (...) incompatibles con el momento económico”,³ a perene conspiração estrangeira, o separatismo de “algún clérigo vasco”. E, cerca da conclusão, Franco sentencia: “Detrás de mí todo que-

² Com efeito, o discurso fora emitido no domingo por RNE no seu “diario hablado” das 14:30, e também por “TV.E.”, para “millones de españoles” (*ABC* 29-5-1962, p. 51). Na casa de Álvarez Blázquez não havia televisor. Evidentemente, a informação foi dada noutras jornais que Álvarez Blázquez teria visto. *El Pueblo Gallego* de Vigo, por exemplo, informou sobre o evento cada dia desde o próprio domingo 27. Também a *Hoja de los Lunes da Asociación de la Prensa* de Vigo destacava o discurso no dia 28, com grande fotografia de Franco. Não tivemos oportunidade de consultar as edições de *Faro de Vigo* desses dias. Em definitivo, o bombardeamento propagandístico era — também no franquismo — poderoso. Tomamos a edição do *ABC* do dia 29 — nas segundas feiras não saía — apenas como exemplo e como fonte das citações.

³ Na verdade, uma boa parte do argumentário do fascismo em defesa do capital não conhece diferenças de época, regime, ou partido alternante no poder: “[D]ebe hacerse llegar a todos los trabajadores que el pretender mejorar sistemáticamente los salarios sin que la productividad aumente, y cuando la situación de las empresas no lo resiste, constituye una quimera de imposible realización”. “Lo que en la nación se pierda o deje de producirse irá en favor de las economías extranjeras y retrasard el progreso económico y, como consecuencia directa e inseparable, el progreso social”. “El Estado no puede hacer todas las cosas en el país; es necesaria la aportación fecunda de la iniciativa particular y del ahorro”. “Tenemos que (...) cambiar nuestras cansinas y débiles estructuras, mejorar nuestra modesta industria y transformar totalmente nuestra economía agraria, abandonando los campos estériles. Hemos de ponernos en condiciones de competición, de lucha por los mercados. Pero para esta gran obra sobran las divisiones intestinas, las rencillas interiores, la lucha de clases” (do discurso de Franco, *ABC* 29-5-1962, p. 48).

dará bien atado (...) Nuestra obra es el mandato de nuestros muertos” (ABC 29-5-1962, p. 49). Antes dele, o *Ministro del Ejército*, o tenente general Barroso, louvara “*los héroes modestos*” da guerra (p. 51), e o presidente da *Hermandad de Alfereces*, Pedro Rubio Tardío, censurara a “*decadencia*” da II República espanhola, “*negativa máxima de todos los valores esenciales de España*” (p. 50). O jornal espanhol anunciaava também para o seguinte domingo a celebração do *Desfile de la Victoria*, exibicionista amostra militar que teria extensão no regime monárquico na data do 12 de outubro.

Do mesmo ano de 1962, por volta de janeiro, é uma anti-elegia da parte cáustica do poeta Álvarez Blázquez contra um tal “Juan Juanito palma de prata”, provavelmente um “passeante” poderoso recém falecido, reproduzida em *Tempo do paí* (p. 165): “Agora, que xa non eres máis que unha presa de esterco / ... / agora, que ben fodido, estás nos salóns do inferno...”.⁴ E apenas duas semanas antes, em 14 de maio, o cidadão italiano naturalizado espanhol Juan Carlos Alfonso de Borbón y Borbón, educado militarmente na Espanha por desejo do ditador e de Juan de Borbón y Battenberg, acabava de casar em Atenas com a cidadá grega Sophia tis Elládas von Hannover, para procriarem necessário sangue azul dirigente, numa racista continuidade monárquica que se prolonga já mais de oito séculos e mais de vinte gerações.

Em resumo, em 1962 Francisco Franco Bahamonde confirmava deixar tudo

Coruxo, verão de 1962, na casa de Francisco Fernández del Riego. No centro de frente, Xosé María Álvarez Blázquez. De pé, Pedro Díaz. De perfil, Xoaquín e Francisco Fernández del Riego. A mulher é identificada por Alfonso Álvarez Cáccamo (*Xosé María Álvarez Blázquez 1915 - 1985: Unha fotobiografía*, 2008, p. 115) como “unha das cuñadas de Paco del Riego”. Fonte: Arquivo familiar; reproduzida em A. Álvarez Cáccamo 2008..



“bien atado” no reino teocrático que regia, sem avisos de mudança. Neste contexto, o sentido da confissão de Álvarez Blázquez *Nosotros, los vencidos* só pode ser o duma impotente resposta direta e imediata ao discurso e factos do ditador e do seu regime, uma resposta que nunca seria escutada.

No texto, Álvarez Blázquez não só condena os crimes de morte do falangismo e do franquismo, mas contesta duas questões fundamentais: a frustração histórica do projeto republicano de construção duma “*España democrática y culta*”, irrepetível “ocasión perdida (...) que, pase lo que pase, (...), jamás se podrá recuperar”; e a apropriação pola ditadura das noções de “Patria” (uma “patria de opereta”) e de “Dios” (um “Dios vesá-nico”), tal como se teriam articulado num setor do galeguismo católico da pré-guerra. Não admiram, portanto, as sensações simultâneas de humilhação e de “inquebrantable rebeldía interna” que destila *Nosotros, los vencidos*. Hoje, cinco décadas depois, as complementares sensações de derrota e de vitória — derrota militar e bárbara; vitória ética e humana — continuam a impregnar os imaginários galego e espanhol. E isto também não admira: desde o nacional-catolicismo, nem a desmilitarização nem a laicização do *Estado Español* tiveram nunca lugar, nem sequer sob a aparência civil e laica que exibem outros regimes do capital no Ocidente.

Álvarez Blázquez escreve o íntimo alegado em espanhol, na língua da família, em que se criou, em que teria falado com o seu pai, e a que utilizava habitualmente com a sua mãe María Blázquez Ballester (falecida em 1951), de origem cubana, castelhana e catalã, com a sua mulher María Luisa, nascida em Madrid de imigrantes italianos e austriacos, e com as suas filhas e filhos. O texto flui sem quase correções; a tinta é segura, como se Xosé María estivesse a falar devagarinho e em baixo, por escrito. Como ele declara, não escrevia para os seus filhos e netos que resgatassem o texto “el día de mañana”, embora esta ideia lhe fosse “grata”. Também afirma não escrever para possíveis “eruditos y papanatas” do futuro: quer dirigir-se a uma potencial audiência coletiva do seu tempo que sofrera o mesmo tipo de morte e de castigo nos muros, cárceres, trincheiras e caminhos. Mas no meio do escrito, ao evocar uns amigos sacerdotes já mortos, comprometidos por atos em favor de pessoas perseguidas polo franquismo, Xosé María rompe a chorar, e o discurso detém-se durante quatro meses.

Entre a primeira e a segunda data de redação aconteceram sucessos significativos que contribuem para interpretarmos o texto de Álvarez Blázquez. Do 5 ao 8 de junho de 1962 teve lugar a reunião política que a propaganda do regime chamou profusamente o “*Contubernio de Munich*”, isto é, o IV Congresso do Movimento Europeu onde se debateriam as condições que deveria cumprir o Estado Espanhol para o seu ingresso na Comunidade Europeia. Na reunião participaram 118 representantes da oposição política espanhola no interior e no exílio com exclusão do Partido Comunista, que não fora convidado aparentemente polo seu rejeitamento do processo de unificação do capital

⁴ Xosé María Álvarez Cáccamo diz ter identificado a personagem depois da publicação de *Tempo do pai* (comunicação pessoal, 2011); acrescenta que a expressão “palma de prata” se refere à condecoração que outorgava o regime a destacados falangistas.

europeu (lembremos que o “eurocomunismo” do PCE de Santiago Carrillo defenderia uma “Europa dos povos”, frente à Europa dos comerciantes). Em Munique foi elaborado um documento final que reclamava a abertura do sistema político espanhol, o restabelecimento da liberdade e a renúncia à violência polo regime. A propaganda franquista contra o “*Contubernio*” por parte do *Ministro de Información* Gabriel Arias-Salgado foi poderosa. Uma consequência foi o recrudescimento da repressão contra os setores que se posicionaram em Munique: ao regressarem à Espanha, muitos dos participantes foram detidos, condenados e desterrados a outras partes do Estado após a supressão do direito à livre circulação que figurava na legislação franquista. Perante o enrocamento do regime, em Europa descarta-se totalmente a integração da Espanha.

Poucos dias depois dá-se a renovação (“*remoción ministerial*”) do governo do “Estado policiaco español” a que se refere Álvarez Blázquez. É nesse nono governo militar de Franco (1962-1965), reunido no *Consejo de Ministros* de 10 de julho de 1962, que penetra por primeira vez Manuel Fraga Iribarne no aparelho do Estado com a titularidade de *Información y Turismo*, em substituição dum Arias-Salgado cuja estratégia se revelara excessiva. A Opus Dei consolida o seu poder com os principais ministérios económicos de *Hacienda* (Mariano Navarro Rubio), *Comercio* (Alberto Ullastres Calvo) e *Industria* (Gregorio López-Bravo y de Castro). Os militares continuam a ocupar uma grande proporção dos cargos: a chefatura do estado e a presidência (ambas reunidas em Franco), a vice-presidência (Agustín Muñoz Grandes), o subsecretariado da presidência (o sempre leal Luis Carrero Blanco), os três ministérios do *Ejército*, *Aire* e *Marina*, o ministério para a repressão interior ou *Gobernación* (Camilo Alonso Vega), e o de *Obras Públicas*. Além destes nove cargos, o terrorismo partidista tem representação adicional institucionalizada desde 1938 na figura do *Ministro Secretario General del Movimiento*, posto ocupado em 1962 (e por muitos anos) por José Solís Ruiz. De facto, o governo do período 1957-1965 em que escreve Álvarez Blázquez é, com exceção de 1939-1941, o mais militarizado da história do regime em termos da presença relativa de militares em ativo: entre o 42% dos cargos em 1957-1962 e o 40% após a “*remoción*” de 1962 (cómputos de elaboração própria). Inclusive durante a pretensa abertura de 1965-1967, mais dum terço dos membros do governo da Espanha continuam a ser militares, igual que desde 1938. Foi em 1963, não antes, que se criou o infâusto *Tribunal de Orden Público* para julgar delitos políticos contra o regime, que iria deixar como herança na monarquia o tribunal excepcional da *Audiencia Nacional*. E a própria chefatura do estado espanhol nunca deixaria de estar em mãos militares desde 1938 até hoje mesmo, 2011.

Por fim, após a carragem e dor do primeiro momento, Álvarez Blázquez retoma o seu escrito em setembro, ao regresso do verão em Coruxo e de quinze dias no balneário de Caldelas de Tui, a onde fora tratar a asma. Por desenho argumentativo, enxerga-se a intenção de prolongar o escrito e conclui-lo. Mas, como com dezenas de textos de Álvarez Blázquez, autor fragmentário que roubava tempo ao trabalho e à família para variados projetos, este também ficou inacabado.

Ou — deveria corrigir-me — só talvez acabado. Porque talvez já tudo fosse dito, e o restante teria sido uma iteração das formas da vesânia autoritária que ocupou a vida pública de *España*, o mesmo *Estado Español* das mesmas moedas com semelhantes efígies divinas, imperiais, reais, europeias. E porque, com a licença do tempo, talvez num outro texto de Álvarez Blázquez possamos encontrar o seguinte epílogo.

Vinte anos depois de *Nosotros, los vencidos*, enquanto no *Valle de los Caídos* apodrecia o cadáver do *Führer* galego, no alvor dum 25 de março de 1982, a parte cáustica do poeta Xosé María Álvarez Blázquez deixava no seu gabinete de madeiras escuras e brêtema azulada uma descrição do ditador que talvez guardasse desde o amanhecer de 1936 em que o fuzilamento de seu pai inaugurou simultaneamente a dor inapelável da derrota e a pulsão da longa resistência. O acróstico que segue não é, estritamente, o final do documento que nos ocupa. Mas sim que deveu ser uma satisfatória conclusão interna — uma de várias. Afinal, sabemos que os vencedores nunca entregam as armas (“las balas las tienen ellos; no en vano han ganado la guerra”, diz Xosé María), mas as pessoas resistentes possuirão sempre a oculta, até a inédita palavra:

Furtiva
Rata
Asquerosa,
No conociste otra maña,
Cínico,
Incivil,
Siniestro,
Criminal,
Ogro, alimaña.

Fuiste
Ruín
As
Nefando,
Con tu
Oprobiosa calaña.

MADRID, MARTES
29 DE MAYO
DE 1962 - EJEMPLAR
1,50 PESETAS

ABC

DEPOSITO LEGAL - M. 12 - 1953

DIARIO ILUSTRADO
AÑO QUINCUAGESIMO
QUINTO. NUM. 17.536
96 PAGINAS

FRANCO PRESIDIO EN GARABITAS LA CONCENTRACION DE ALFERECES PROVISIONALES

EN SU DISCURSO AFIRMO QUE "LA MEJORA SOCIAL EXIGE ECONOMIAS FUERTES, TANTO NACIONALES COMO EMPRESARIALES"

«DETROS DE MI-DIJO-TODO QUEDARA BIEN ATADO Y GARANTIZADO POR LA VOLUNTAD DE LA GRAN
MAYORIA DE LOS ESPAÑOLES Y POR LA GUARDIA FIEL DE NUESTRO EJERCITO»

Hablaron también ante los quince mil oficiales de la Cruzada del ministro del Ejército, teniente general Barroso, y el presidente nacional de la Hacienda, señor Rubio Tardío

Es la concentración de alferces provisionales celebrada en el cerro de Garabitas el pasado domingo, el Jefe del Estado prometió el siguiente discurso:

"Alferces invitados de nuestra Cruzada, compañeros y camaradas de ayer: Nada para mí más querido que lo que comparte con vosotros este momento en el que celebráis la gran plaza de las promociones de alferces provisionales, aquellos que tienen la misión de imprimir nueva savia a los numerosos mandos de los Ejércitos nacionales, y que ellos tengan la certeza de que su labor es de gran utilidad para las necesidades de la Patria. Los que pasaron al frente y encuadraron al Ejército para nuestra expogreso en la guerra civil, hoy nos quedan en la memoria del Ejército. Lo mismo ha pasado en la Cruzada. No necesitamos que nos recordáis a los voluntarios que querían que la Patria no se humillara, y también fueron entusiastas los estudiantes universitarios, la canteira de donde extrajimos nuestros alferces provisionales, y hoy, en su cerro, nos quedan en la memoria del Ejército. ¡Mil gracias! ¡Atuchos aplausos.

En esta muestra, era de la parte, de la vecina Asociación de Oficiales, el acto de presencia en el mundo ibérico, desafiando al tiempo, firme estadio que ha de ser, cuando sea, una muestra de la fuerza que querido más: habrá querido lo fariendo ya el nuevo mundo de la academia al alzarse en la canteira de los alferces provisionales, flor y nata de nuestras fuerzas armadas, incorporadas a la vida entera del país, mostrando la centinela de la Patria en todos sus estados.

Muchas veces he repetido que nuestra guerra no terminó con nuestra victoria ni con la unidad interna del país, porque las banderas no cesaron colapsando en el exterior durante estos veinticinco años. No se trata ya de la causa franco y nazi, que ya no existe, se desarrolló en nuestros campos de batalla, sino de los procedimientos indecentes, de la difamación, de la calumnia, de la competencia, enemistad y del fomento de traiciones, de todo lo vil y ruina que ca-

racterizó aquellas organizaciones. No sucede en la Cruzada, por más que no se aumente y se multiplique el exterior si esto puede permitirnos o dañarnos.

No es de hoy ni de ayer, ni de siempre: es de toda la vida y todo la Historia de España. (Muy bien). Grandes aplausos.

La leyenda narra que el león, dábamos vida, cuando ya a todo un mundo, más tarde, en los áboles de nuestra vida, cuando la guerra ya no era de los escuderos, no embargamos nuestras realidades, cuando levantaban espaldas a los criminales y a los anarquistas, que roba (muy bien). Grandes aplausos.

En todos los momentos de nuestro resarcimiento para evitar la derrota, la prosperidad, la victoria. En esta organización adversaria lleva la dirección la Razia de los soviets, que ganó la guerra de millones en la otra guerra, radicada en la captura de agentes y en la financiación de las intrigas de sus "compañeros" de viaje. (Muy bien).

Como punto clave de la resistencia política contra el comunismo, nos dice por primera vez de-

EL DESFILE DE LA VICTORIA
SE CELEBRARA EL PROXIMO
DOMINGO

Participación de unos diecisésis mil
hombres de los tres Ejércitos

El próximo domingo, a las doce de la mañana, se celebrará en Madrid el desfile conmemorativo de la Victoria. Diecisésis mil hombres pertenecientes a los Ejércitos Terrestre, Mar y Aire tomarán parte en la gran parada, tal como en años anteriores, tanto por escenario el parque de la Castellana, como en la plaza de Cibeles. Participarán 100 carros de combate y 200 vehículos, 100 aviones de combate y 200 aviones de artillería. Toda la fuerza está destinada por el capitán don Rafael García Valero, y el general don

el Ejército del Aire estará representado por formaciones, con un total de 210 aviones, entre ellos 36 caídas a reacción "Sabre".

En el desfile de fuerzas a pie figura

el personal de las unidades de la

Guardia Civil, representaciones de

las Academias Militares, de la Guardia

Civil y la Real Armada.

resaltada, y sabe también que en este orden resalta el baluarte más firme de todo Occidente. Si no queremos perder esa gloria, hemos de fortalecer su blindaje de hierro. (Muy bien). Grandes aplausos.

El liberalismo sigue diciendo que Claudio es una de las causas principales de que el comunismo penetra, y no se nos ocurre que en España hayan podido tratarlo así, porque el comunismo es una fuerza pueril y ese comunismo se trabaja por todos, no por directos o indirectos, para ensuciar a otros "compañeros" de viaje" que siguen las pruebas de su actividad, que desean que se hagan de todo el país, y pretende llevar su prosperidad y nuestra paz, que es dueña e triunfante. (Muy bien).

Y el liberalismo pretende llevar su prosperidad a todas las organizaciones nacionales, incluso hasta áreas tan opuestas por su ideario como las organizaciones per-

sonalistas, como la Iglesia (una clamorosa ovación de aplausos, seguindo al presidente Francisco Franco). Integritas y la Excelencia, persiguiadas muchas veces por la filtración de sus ideas,

los sindicatos, las organizaciones fabriles en el exterior, con motivo de las protestas obreras en el Norte, se ha pretendido sacar partido para trastornar y exprimir contra nuestro régimen los excesos de algún clérigo vacio



Bajaste
Al
Hoyo
Apestando,
Mierda,
Orín,
Náusea
De
España.

Pouco “erudito”, sem dúvida. Pouco adequado para “papanatas” que acreditam, por exemplo, no sisudo e portanto cordial esquecimento histórico dum planificado massacre que na Galiza nunca foi guerra. Mas, se Xosé María Álvarez Blázquez, agudo arqueólogo dos signos (em papel, em cerâmica, em sílex) e conhecedor do sentido coletivo da história, não quisesse ter deixado também este registo antipoético para que se conhecesse no futuro, não o teria escrito.

Agradecimentos

Fico grato aos meus irmãos Xosé María e Alfonso polos seus comentários e precisões sobre o texto e as notas de edição; a Narciso de Gabriel por fornecer-me o rascunho do seu trabalho em andamento sobre o expediente sancionador contra Álvarez Blázquez; e a Rafael Sánchez Bargiela pola sua ajuda na identificação de pessoas de Tui citadas no texto de Álvarez Blázquez. Todas as incorreções factuais que puderem permanecer são da minha exclusiva responsabilidade.

Referências

- Álvarez Cáccamo, Alfonso. 2008. *Xosé María Álvarez Blázquez 1915-1985. Unha foto-biografía*. Vigo: Xerais.
- Álvarez Cáccamo, Xosé María. 2008. *Tempo do pai*. Vigo: Galaxia.
- de Gabriel, Narciso. 2008. “Xosé María Álvarez Blázquez. Diario escolar dun mestre republicano”. *Eduga* 54, pp. 54-59.
- de Gabriel, Narciso. por publicar. [Sem título. Monografía sobre a carreira docente e o expediente de depuración de Xosé María Álvarez Blázquez]. Documento eletrónico, 21 pp.
- Porto Ucha, Anxo Serafín. 2008. *Mestras e mestres pontevedreses depurados polo franquismo. Primeiras accións represivas e estudo por concellos no sur da provincia (1936-1942)*. Ponte Areias: Edicións Alén Miño.

Nosotros, los vencidos

Xosé María Álvarez Blázquez

Vigo, 29 de maio de 1962 / setembro de 1962 *

I

Nosotros éramos el germen de una España mejor. Nosotros, los vencidos. Los que en el año 31 teníamos 15 años y en el 36 los 20 precisos¹ para tomar un fusil y lanzarnos, sin saber aún por qué, a la lucha fratricida. Pronto, sin embargo, lo supimos.

Habíamos quedado de la banda de acá, porque el azar de la contienda así lo dispuso. La Historia española, desde hace siglos, acaso milenios, se reduce a estar en una u otra banda, siempre acá o allá, y siempre a la fuerza. Nunca se le ha permitido al español que eligiese su destino, ni siquiera en las airadas circunstancias bélicas, que han sido la casi única circunstancia peninsular. Por eso, precisamente, por el continuo guerrear nuestro, el libre albedrío es planta absolutamente desconocida en el país. La juventud ha andado siempre a trompicones, sirviendo de carne de cañón, malogrando sus impulsos creadores y generosos. España, en realidad, nunca ha tenido juventud. Si nos hubiesen dejado la nuestra en paz, nosotros hubiésemos sido el germen de una España mejor.

Habíamos nacido a la vida del pensamiento en una época nueva. Habrá que decirlo pronto: habíamos nacido con la República del 31, la mejor promesa de regeneración nacional, la auténtica ocasión perdida, que también los pueblos tienen, como los hombres, y que ya raramente se repite. Nosotros sabemos que, pase lo que pase, aquella ocasión, con todo lo que tenía de ancho y noble, jamás se podrá recuperar. Se ha hablado de un millón de muertos; pero esto es sólo una cifra fría, por más que asombre. Bastaría un muerto, tal vez; bastaría el inmenso dolor de cada muerte, que pesará para siempre sobre los hombros de cada uno de nosotros. No es un millón; somos treinta millones, y aún esto es poco. Es el atasco desesperado de la vida nacional, el triste legado que heredarán nuestros hijos; es, por encima de todo, el salvaje desprecio con que ha sido tratada la dignidad humana.

Tenemos la tremenda sensación de haber sido defraudados. De que se nos ha dado una vida, no para que la viviésemos, en nuestro beneficio y en el de los demás, como cada hombre libre del mundo, sino para que alguien nos la viviese, dictándonos

* Manuscrito a tinta de estilógrafo em 11 meios-fólios em prega e capa com título *Nosotros, los vencidos*, repetido na p. 1. Sem assinar. Foi redigido polo menos em dous momentos: com data “Vigo, 29-Mayo-1962” anotada na p. 1, no topo à esquerda, foi começada uma primeira parte sem numerar; e o fragmento final da parte numerada “II”, depois dumha interrupción “durante algunos meses”, contém referência à sua data de redacción, “Septiembre de 1962”. Talvez, pola coincidencia do tom da tinta, a capa com o título fosse adicionada neste momento. Algumas das correções estilísticas da parte I, em tinta mais escura, parecem feitas numa revisão em data impossível de determinar (talvez antes de começar a parte II, mais breve e com menos alterações). O texto está inacabado. Não se conhecem outras versões nem fragmentos. Introdução, transcrição (com algumas adatações de pontuação e de acentuação) e notas por Celso Alvarez Cáccamo (dezembro de 2011).

¹ Xosé María, nascido em 4 de fevereiro de 1915, tinha 16 anos quando se proclamou a II República espanhola, e 21 quando teve lugar o golpe de estado. A escolha de “15 años” e “los 20 precisos” pode ser estilística.

a su antojo sus normas y consignas —una palabra absurda, que durante años viene machacando nuestro cerebro—, y haciéndonos ver a cada instante que bastante era si se nos permitía seguir viviendo, como la planta tierna que vemos al pasar y por impulso caprichoso podemos desmochar de un puntapié. Todos tenemos a nuestro lado uno, diez, veinte dictadores de éstos; son los que aún nos recuerdan —al cabo de 25 años— que la guerra la han ganado ellos,² como si se hubiese tratado de una cacería en la selva y nosotros, los vencidos, fuéramos ahora fieras enjauladas, para servicio y diversión de nuestros múltiples amos. Incluso oímos hablar, cuando el temor a perderlo todo les asalta, de una “segunda vuelta”. Por lo visto, ese millón de muertos les ha parecido poco, y ellos cuentan de antemano con la seguridad de que tampoco en esa nueva ola de terror que propugnan les toque una bala. Es natural, después de todo, que piensen así, ya que las balas las tienen ellos; no en vano han ganado la guerra.

En ningún país del mundo, ni en ninguna época de la historia, ha existido una diferenciación tan abierta y prolongada entre los ciudadanos como esta que nos separa rabiosamente a los españoles desde hace 25 años. Bajo las hipócritas apariencias de benignidad —impuestas a contrapelo por las exigencias del mundo exterior— en España no sigue habiendo otra cosa más que vencedores y vencidos. No importa que nosotros mismos, los demócratas y liberales que quedamos de la parte de acá, se la hubiésemos ayudado a ganar. No teníamos más opción que hacerlo así o ir al paredón, cuando no a desangrarnos lentamente en una cuneta, en uno de aquellos trágicos amaneceres. Quizá las generaciones venideras nos tachen de cobardes, y en cierto modo tendrán razón. Sin embargo, había que haber vivido el terror que nosotros sufrimos, sentirse, como nosotros, inermes, desarticulados e impotentes, para comprender que sólo un heroísmo desesperado, con la previa y absoluta seguridad de ser arrollados, podría habernos valido en una lucha tan desigual.

No; no hemos sido heroicos, pero tampoco fuimos cobardes. Frente a lo uno y lo otro, hemos mantenido, venimos manteniendo día a día, nuestra inquebrantable rebeldía interna, nuestra esperanza y nuestra fe en una España democrática y culta. No nos hemos resignado jamás. Y si por heroísmo entendemos algo más que la alucinación momentánea o el ciego desprecio de la vida, claro está que entre nosotros se han dado y siguen dándose miles de casos de heroicidad. Una heroicidad tensa y permanente en nuestras propias vidas, truncadas en plena juventud; en nuestro equilibrio mental y moral —cuando ellos, los vencedores, caen cada día, como moscas, en brazos de la demencia o se entregan en masa al vicio y al robo en gran escala—; en nuestra sorda lucha, con una labor positiva de superación personal, muy claramente reflejada en diversas tareas intelectuales, merced a las cuales somos cada vez más estimados en nuestros círculos de influencia.

² Como indicado, deve ser referéncia ao discurso de Francisco Franco no Cerro Garabitas no 27 de maio à *Asociación de Alféreces Provisionales* com ocasião do 25 aniversário das primeiras promoções e o 4º da fundação da sua *Hermandad*. Uma passagem relevante é: “*Muchas veces he repetido que nuestra guerra no terminó con nuestra victoria ni con la unidad interna de los españoles, pues las batallas han continuado solapadas desde el exterior durante estos veinticinco años*”. ABC 29-5-1962, p. 47.

En los momentos más dramáticos y difíciles, en aquella interminable agonía de los años 36 y 37, también hemos sido heroicos, a nuestro modo. El solo hecho de escuchar una emisora republicana significaba jugarse la vida.³ Y han sido heroicas nuestras madres y nuestros hermanos menores —ellos, que aún mucho menos que nosotros, los adolescentes, podían comprender aquella espantosa locura—, resignándose a todas las privaciones y sacrificios, sorbiéndose las lágrimas en silencio, ahogando con infinito esfuerzo los gritos de desesperación, soportando pacientemente que se les impusiese el terror y el oprobio, en nombre de Dios y de la Patria. Ellos, que si en algo creían, fuera del estrecho círculo familiar, era en la Patria y en Dios.

Porque nosotros éramos, conviene decirlo pronto también, cristianos y católicos. Ahora sabemos ya —lo sabemos en realidad desde el mismo año 36— que éramos los únicos cristianos. Tuvimos que sufrir, entre otras mil sacudidas, la tremenda prueba de mantenernos en nuestra fe cristiana, frente al catolicismo oficial y beligerante. Sabemos muy bien que Dios no toma parte en las guerras humanas; lo sabemos porque Él es Padre de todos los hombres —aunque parezca mentira, también lo es de los que ganaron la guerra— y no puede consentir que sus hijos se destruyan entre sí. Lo espantoso es oír, a cada instante, que la guerra civil se había desatado para defender la gloria de Dios. ¡Qué triste gloria, qué espantable divinidad, la que precisara, para su eterno esplendor, de los lamentos, perdidos en la negra soledad de la noche, de un padre de familia con los pulmones atravesados, en un barranco! Los cobardes asesinos del “paseo” estaban haciendo un dios a su imagen y semejanza: un dios traidor, sanguinario, concupiscente, ávido de poder y de dinero. El juicio no era, pues, dudoso. Aquel no era nuestro Dios, y por eso seguimos en nuestra fe.

Tampoco era aquella nuestra Patria. Habíamos aprendido de niños, y lo estábamos empezando a ver con nuestros propios ojos, que la Patria era el solar de nuestros mayores, el huerto donde jugábamos, el puñado de tierra que cobijaba al hermanito muerto,⁴ el santuario adonde un día gozoso fuimos de romería; el río, la vega, la montaña, el mar. Y, dentro de todo esto, los hombres que allí vivían; los hombres de nuestro pueblo y los que al pueblo venían desde las aldeas, un jueves de mercado; más lejos aún, los parientes y amigos que vivían en otras ciudades; los compañeros de nuestro padre, compañeros de profesión o de aficiones, que le escribían, con calor fraternal, desde Badajoz o Madrid, desde Coruña o Sevilla. Los amigos, en fin, que nos felicitaban a la familia por Navidad y pedían que intercambiásemos una participación de la Lotería. “A ver si todos tenemos suerte”; este sincero afán de común felicidad era lo que

³ Xosé María contava como, no apôs-guerra, se reuniam também na casa do seu irmão Darío em Coruxo para escutarem clandestinamente as emissões internacionais da BBC. Num mundo sem televisão nem internet, a rádio foi durante décadas protagonista essencial da propaganda política. Do discurso de Franco: “*En esta orquestación de adversarios lleva la dirección la Rusia de los soviets, que gasta centenares de millones en la propaganda radiada*”. “*El clima social que el Movimiento ha creado pretende ser maliciosamente explotado por nuestros adversarios para estimular, con sus radios y agentes, los conflictos laborales*”. ABC 29-5-1962, p. 47 e p. 48 respectivamente.

⁴ Refere-se a um irmão, baptizado Alfonso, que faleceu com dous meses (Tui, 27 de outubro - 23 de dezembro de 1916). O seguinte filho dos Álvarez Limeses / Blázquez Ballester, nascido em 1917, receberia o mesmo nome, como era frequente (Alfonso Álvarez Blázquez, Tui 1917 - Vigo 1987).

más claramente nos hacía concebir la idea de una Patria. Aquella patria en que todos vivíamos, y de la que —pues se dice que es madre— todos debíamos esperar las mismas atenciones y favores.

La Patria era, en fin, algo tan sencillo y comprensible como nuestro propio lugar, aunque fuese mucho más grande. En casa, en la familia, no había diferencias; desde los

padres a la muchacha de servir, todos comíamos los mismos bocados, y si un día de fiesta había postre de cocina, cada cual saboreaba su ración igual, desde la cocinera que lo había hecho hasta el cabeza de familia que lo había ganado con su trabajo. A veces se hallaba un jornalero trabajando en la huerta, podando los árboles o sulfatando las viñas —era Juan, tan bueno, tan callado, tan sufrido, muerto de tristeza un día—. También se le enviaba su ración de pastel y, si había copitas, una copita. Ésta era nuestra patria. Una patria de cocineras, jornaleros, estudiantes y médicos o abogados, cada cual en su lugar, pero todos participando en la medida legítima de los bienes comunes, que su trabajo honrado les proporcionaba. La patria⁵ era, en suma, el sustentáculo físico y moral de unos seres humanos, y éstos, a su vez, la sangre y el nervio de aquélla.

Algo vivo, entrañable, palpitable.

Después, con la guerra, y en virtud de la guerra, tampoco la Patria fue nada de esto. La patria vino a ser “un Imperio hacia Dios” o una “unidad de destino en lo universal”. Se hizo comercio palabrero de un concepto sagrado, con el único intento de hacer afícos la Patria, a toque de clarín. A toque de clarín nos encontramos alineados una mañana, para desangrarnos durante años sobre el suelo de la Patria, hermanos contra hermanos, ofendiendo gravísimamente a Dios y destrozando a la Patria, pero, eso sí, en nombre de la Patria y de Dios, para gozo de beatas y salvaguarda de capitalistas.

⁵ Respeitamos em todos os casos os usos de maiúsculas e minúsculas de “Patria / patria” e “Dios / dios”.

Sí; nosotros, los vencidos por las armas, teníamos que serlo totalmente.⁶ Porque en cambio éramos, lo seríamos para siempre, para los supremos juicios de Dios y de la Patria, los únicos y absolutos vencedores.

El tiempo lo dirá.

II

Por negársenos todo, se nos negó, naturalmente, el amor a la Patria y a Dios. No se vaciló jamás en lastimarnos en lo más vivo, con falsedades e injurias de todo orden. Claro que, en el fondo, esto nos complacía, porque ni aquel Dios vesánico ni aquella patria de opereta podían ser nuestra Patria y nuestro Dios.

Los curas se olvidaron pronto de nosotros. O, en otro caso, sólo se acordaron para deponer como testigos de cargo en los sedicentes tribunales de justicia militar, y atizar el fuego de la espantosa carnicería por cuantos medios tenían a sua alcance, que eran, en la España negra, todos los de sus infinitos resortes “divinos” y humanos.

Pero no quiero ser injusto. Hubo una minoría de sacerdotes que, en la hora crucial de la gran prueba, supieron comprender que su puesto estaba al lado de los perseguidos. Una minoría insignificante, es verdad, pero, por lo mismo que tan minúscula e incomprendida, mucho más grandiosa. Guardo para dos de ellos la más entrañable devoción, y pido a Dios que al evocar su memoria sean ellos mismos, desde la santa paz que sin duda disfrutarán, los que dirijan mi pluma. Quiero ahora mismo rezar un Padrenuestro en su recuerdo, yo no sé bien si en sufragio de sus almas, que no precisarán, o si implorando su ayuda, para seguir viviendo serenamente, pese a todo. Padre Nuestro, que estás en los Cielos...

¡Manuel García Lara,⁷ Cesáreo García Álvarez,⁸ sacerdotes de Cristo, amigos míos! Ya veis que estoy llorando, porque os habéis ido de nuestro lado. ¡Y hace tanto tiempo que no lloro por todo aquello!...

(Aquí se han interrumpido estas páginas, durante algunos meses. No me fue posible continuarlas entonces, en parte por carecer del necesario sosiego, y en parte por esta sensación de clamar en el desierto que nos acomete a quienes ya no nos satisfacemos

⁶ Ou “fatalmente”.

⁷ Cônego e prefeito de cerimónias da Catedral de Tui, falecido em 1954. Em 1941 emitiu uma declaração em favor da petição da revisão do expediente de depuração de Álvarez Blázquez (de Gabriel, por publicar; ver Referências). Rafael Sánchez Bargiela (comunicação pessoal, 30 de novembro de 2011) informa que foi também professor do seminário, vigário geral da diocese e Deão do cabido catedralício, e comprometeu-se com as suas declarações em favor de Álvarez Limeses e outros tudenses condenados a morte. Cito Sánchez Bargiela: “Preguntado algun sacerdote maior lembra a este García Lara como persoa de gran prestixio, que era coñecida a súa defensa de Dario [Álvarez Limeses] e Alejo [Díaz Jurado] no consello de guerra e que lle ocasionou máis dun problema tanto no tribunal como posteriormente”.

⁸ Crego tudense que exerceu em diferentes paróquias da comarca, falecido em 1942 (Sánchez Bargiela, comunicação pessoal, 30 de novembro de 2011). Não temos constância dos seus atos em favor dos perseguidos a que se refere Álvarez Blázquez.

con la desamparada, íntima rebeldía, pero sabemos, de otro lado, que es imposible alzar la voz. Puedo pensar que estas líneas serán leídas el día de mañana por mis hijos o mis nietos; pero esta idea, con serme grata, tampoco me satisface plenamente. Deseo comunicar mis sentimientos y mis ideas a la misma Sociedad que ha contribuído —positiva o negativamente— a fraguarlos.

No me ilusiona la idea de estar escribiendo un texto arqueológico, de esos que la casualidad desempolva al cabo de los lustros, para pasto de eruditos y papanatas. No, si escribo ahora —Septiembre de 1962— es porque necesito comunicarme ahora con mis semejantes. Y esto, ¿cómo podrá ser, si nada ha cambiado en el Estado policiaco español?

Precisamente, no hace muchos días se ha producido una remoción ministerial, que el mundo exterior ha querido interpretar como un síntoma de evolución de la política franquista hacia metas liberales. ¡Qué disparatado absurdo! Es asombroso, realmente, cómo este hombre pequeño, de oscura mentalidad, ha conseguido engañar una y otra vez a un sector importante de la opinión mundial, sin

—era Júzcar tan bueno, tan callado. Tan abierto, amante de la justicia y del orden. Y también se le envidiaba su vocación de patriota y, ni había cogido, una corrupción. Esta era nuestra patria. Una patria de cívicos, periodistas, estudiantes y militares a los que, cada cual en su lugar, pero todos querían dando en la medida lo posible de los bienes comunes, que en trabajo llevando las buroquerías. La patria era, en suma, el sentido más puro y noble, de una cosa, de otra, de tercera, de cuarta, de un ver la sangre y el veneno de aquella.

Dos veces, con la guerra, y en virtud de la guerra, teníamos la Patria que nada de esto. La patria vivió en ser "un superlativo maravilloso" o una "maravilla de belleza y universal". Le hizo enemigos palabreros de un concepto profundo, con el único intento de hacer caer la Patria, a toque de blasfemia. A toque de blasfemia nos encontramos librados una matanza, para desenfilarlos derrotados ante todo sobre el suelo de la Patria, devorando contra levantando, apoderándose, finalmente a dios y destrozando la Patria, pero, esto es, en nombre de la Patria y de dios, para grito de beatos y salvaguardia de capitalistas.

Sí; nosotros, los vencidos, teníamos que serlo totalmente. Porque en cambio éramos, lo sé, para siempre, para los supremos jefes de dios y de la Patria, los únicos y absolutos vencedores. El siempre lo diré.

más que realizar cada una de estas veces la misma ridícula maniobra: quitar de su lado a unos muñecos y poner otros. Se reduce todo a un trueque de fantoches en el monótono guiñol franquista, con la misma farsa siempre repetida. Dada la mentalidad dictatorial y falangista, esto se comprende perfectamente; lo inconcebible es que haya uno solo entre los espectadores que tome el juego por bueno y caiga en el engaño.